

EDIÇÃO E ESTUDO LINGUÍSTICO DE DOCUMENTOS DA BATALHA DE GUAXENDUBA (1614/1615)

Eliabe PROCÓPIO (UFRR)⁹⁷³
Márluce COAN (UFCE)⁹⁷⁴

Resumo: este trabalho é parte do projeto de pesquisa *Edição e Estudo Linguístico de Documentos Portugueses no Arquivo Geral de Índias/Espanha (sécs. XV, XVI, XVII, XIX)*, o qual congrega documentos escritos em Língua Portuguesa em colônias portuguesas na América e na Ásia, tendo com autores lusofalantes ou estrangeiros. Como resultado preliminar, tomamos como exemplo os textos referentes à Batalha de Guaxenduba (1614), confronto militar ocorrido entre militares portugueses/brasileiros e franceses, os quais haviam ocupado a ilha de São Luis/Maranhão. Apresentamos alguns dados ligados ao contexto histórico, no qual relacionamos história oficial com os textos estudados; à edição, na qual apresentamos seus aspectos filológicos; e ao estudo linguístico dos textos, no qual selecionamos alguns fenômenos que mais nos chamaram a atenção, atentando para os níveis gráfico-fônico, morfossintático, sintático-semântico e lexical. O grupo temático analisado compõe-se de apenas três textos – um auto de interrogatório, integrado a uma capitulação (1614), e dois relatos de viagem (1615) – todos eles escritos por lusofalantes, em território brasileiro.

Palavras-chave: Linguística histórica; Filologia Portuguesa; Brasil colonial.

1. Considerações iniciais

A relação entre Linguística e História tem sido bastante produtiva, no sentido de correlacionar fenômenos linguísticos a fatos históricos, pois não devemos estudar a língua isoladamente de seu contexto social. O que implica uma análise encaixada a fatores externos, já que, como meio de comunicação, a língua realiza-se por meio de um conjunto de elementos históricos, sociais, psicológicos, biológicos, dentre outros. Em nosso caso, elegemos apenas um deles, o histórico, e apresentamos parte dos resultados da edição e do estudo linguístico dos documentos referentes à Batalha de Guaxenduba. Estes escritos encontram-se depositados no Arquivo Geral das Índias, na cidade de Sevilha. Nessa instituição, encontram-se inúmeros documentos escritos em Português concernentes às colônias portuguesas, que coletamos e agrupamos sob o título projeto de pesquisa *Edição e Estudo Linguístico de Documentos Portugueses no Arquivo Geral de Índias/Espanha*, que por sua vez estão organizados por séculos (sécs. XV, XVI, XVII, XIX). Esses textos são cartas, relatos de militares, de religiosos e de intendentess portugueses, e tratam de temas como: presença portuguesa na Ásia e no nordeste brasileiro, questão da Cisplatina e negociações de fronteira na América.

Como temos desenvolvido esta pesquisa por blocos, por hora, limitamo-nos em apresentar o grupo temático ‘Batalha de Guaxenduba’, localizado no século XVII,

⁹⁷³ Mestrado em Linguística (UFC) e em Filologia Hispânica (CSIC, Espanha), Licenciatura em Letras Português/Espanhol (UFC). Professor de Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Roraima, Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413 – Bloco 1, Aeroporto, CEP 69310000 - Boa Vista, RR – Brasil. E-mail: eliabe.procopio@ufr.br

⁹⁷⁴ Doutorado e mestrado em Linguística (UFSC), licenciatura em Letras (UFSC). Professora de Língua Portuguesa e Linguística, no Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Avenida da Universidade, 2683, Campus do Benfica – Fortaleza/CE, CEP 60020-180. E-mail: coanmalu@ufc.br

descrevendo seu contexto histórico e analisando seus aspectos filológicos e linguísticos, já que nosso interesse é contribuir com dados para a História da Língua Portuguesa e do Brasil colônia. Para tal, iniciamos com um breve resumo histórico, observando informações apresentadas nas referências teóricas e nos textos editados; em seguida, efetuamos uma descrição filológica, por meio da qual definimos os critérios de edição e as normas de transcrição; além disso, indicamos algumas características codicológicas analisadas, as quais são importantes para compreensão do suporte textual. Por fim, apresentamos alguns aspectos linguísticos dos documentos, analisando traços gráfico-fonéticos, morfossintáticos, sintático-semânticos e lexicais.

2. Contexto histórico

A Batalha de Guaxenbuba ocorreu em 1615 entre militares franceses e portugueses – e brasileiros, já que a maioria deles aqui havia nascido, inclusive o comandante do confronto –, na costa maranhense, especificamente na atual cidade de Icatu. Esse episódio marca a expulsão francesa do nordeste brasileiro.

No primeiro ano em que Gaspar de Sousa tornou-se governador-geral do Brasil (1612-1617), incumbiu ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão (1548-1618) expulsar do Nordeste os franceses que aqui se fixavam. Inicialmente, este reuniu seus homens e se estabeleceram em Jericoacoara, litoral cearense; e dali, enviou Martins Soares Moreno ao litoral maranhense para que investigasse a ocupação francesa. Quando Soares Moreno regressava do Maranhão ao Ceará, sua embarcação sofreu de fortes temporais, que lhe conduziram às Antilhas, posteriormente à Sevilha, onde informa do sucedido e solicita auxílio à Corte espanhola para seu retorno.

Com este primeiro fracasso, Jerônimo voltou com sua armada ao Recife. Somente em 1614, foi que o capitão-mor retornou ao Maranhão com dois pelotões, um por mar e outro por terra. Desta vez, contava com o apoio do capitão português Diogo de Campos Moreno, tio de Martins.

Após passarem pelas capitânicas do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, chegam a Jericoacoara, onde os franceses haviam estado e aprisionado alguns portugueses. Desta localidade, rumam ao Maranhão com dois patachos, uma caravela, cinco caravelinhas e pouco mais de cem homens.

Aproximando-se da Ilha, Jerônimo enviou alguns soldados para que inspecionassem as instalações francesas. Em 28 de outubro de 1614, ancoram e estabelecem um fortim, que futuramente será o forte de Santa Maria ou Guaxenduda, projetado e construído pelo arquiteto-mor Francisco Frias. Relata-se que, após oito dias, os franceses atacaram acompanhados de três mil índios flecheiros e quarente e seis canoas.

Os dados historiográficos e os documentos editados confirmam que a armada ibero-brasileira não tinha condições de vencer os franceses, pois contavam com menos homens e munição. No entanto, devido a uma série de estratégias miliares e “vendo no meio deles (os soldados) nossos freis, frei Manuel e frei Cosme, cada um com uma cruz na mão, animando-os, e exortando-os a vitória, que Nosso Senhor foi servido conceder-lhes” (Salvador, 1627: 129), conseguiram abater a armada francesa. Para que se evitasse tragédia maior, Daniel de La Touche, capitão-mor francês, envia um mensageiro com uma carta a Jerônimo de Albuquerque, solicitando negociação. Posto que o general detém o dito mensageiro, reinicia-se uma escaramuça.

Como os índios que auxiliavam os franceses fugiram e estes ficaram em menor número, seguiu-se uma série de cartas entre os dois comandantes até que se estabeleceu uma trégua:

Primeiramente a paz se acordou entre os ditos senhores do dia de hoje até o fim de novembro (sic) do ano de mil seiscientos e quinze, durante o qual tempo cessaram entre eles todos os atos de inimizade, que hão durado de 28 (sic) de outubro até hoje, por falta de saber as tenções de uns e outros, donde se seguia grande perda do sangue cristão de ambas as partes, e grandes desgostos entre os ditos senhores. (Salvador, 1627: 130)

Com esse acordo de trégua, estabeleceu-se que os reis de ambos deveriam decidir a permanência ou a saída de um ou outro, e enquanto isso se manteria uma relação amistosa até que se recebesse resposta. Porém, alguns dos franceses resolveram voltar à França e rumaram para mais ao norte (à Guiana). Assim, a armada de Jerônimo de Albuquerque tomou posse da ilha de São Luís e de tudo deixado pelos franceses.

3. Aspectos filológicos

Para edição dos textos, adotamos a proposta do *Grupo Corpus Hispânico e Americano na Rede: Textos Antigos* (CHARTA/Universidade de Alcalá Henares)⁹⁷⁵, o qual prevê uma tríplice edição:

a) paleográfica – nesta fase, transcrevemos tal qual o texto do documento, porém, como nosso objetivo maior é o linguístico, nem tudo transcrevemos, daí denominarmos ‘semipaleográfica’. Não nos interessam, por exemplo, símbolos, imagens, frisos e afins. É feita apenas a indicação da existência.

b) crítico-annotada – nesta versão, regularizamos a transcrição, padronizamos escrita, pontuação, acentuação, porém respeitamos a tradição de variação grafemática de cada diploma. Com estas ‘correções’ efetuadas, a leitura estaria bastante facilitada a um público geral, inclusive, porque incluímos notas de rodapé com vistas à elucidação de questões léxicas, históricas, culturais etc.

c) fac-símile: considerando que um documento antigo corre o risco de eminente perda, prevê-se que haja um primeiro esforço em reproduzir o texto por algum equipamento fotomecânico; em nosso caso, divulgar esse material em rede ou impresso.

Além da edição tríplice, efetuamos uma descrição filológica contemplando os aspectos arquivísticos, paleográficos, diplomáticos e codicológicos, porém, devido à extensão, evitamos apresentar aqui os critérios de edição de CHARTA, os quais se encontram disponíveis no site do citado grupo de pesquisa. No entanto, publicamos uma versão revista e ampliada em Procópio (2010 e 2012).

Abaixo, indicamos os documentos que agrupamos sob a temática ‘Batalha de Guaxenduba’, que arrolamos cronologicamente e identificamos sua localização:

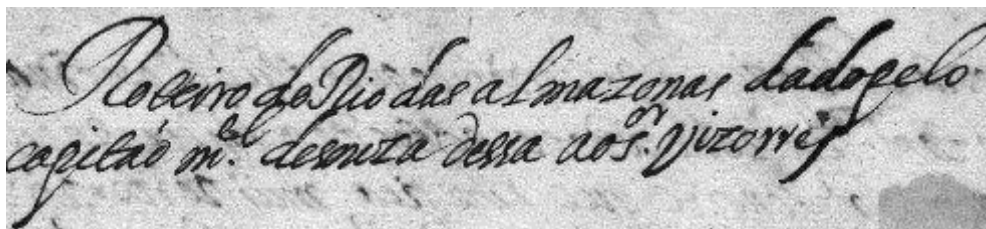
Nº/ANO	IDENTIFICAÇÃO	Nº páginas
D1/1614	Franceses apresados na Batalha de Guaxenduba, rio Maranhão AGI, Patronato Real, 272, r. 2 / 1614 novembro 29 (s.l.)	17
D2/1615	Viagem e jornada ao Maranhão; encontro com franceses AGI, Patronato Real, 272, r. 4 / s.f. (s.l.)	04
D3/1615	Capitão Manuel de Sousa de Sá: rota do Amazonas AGI, Patronato Real, 272, r. 5 / s.f. (s.l.)	02

Paleograficamente, a escrita dos documentos basicamente está em humanística e gótica, que se apresenta em uma de suas manifestações ibéricas: a processual. Os documentos 2 e 3 estão escritos em letra humanística, porém o documento 1 se inicia com a humanística

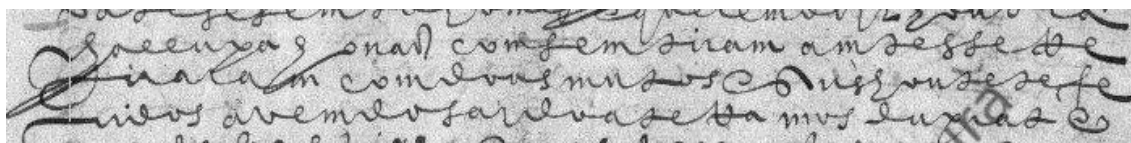
⁹⁷⁵ Uma versão revista e atualizada do Manual de Edição/CHARTA pode ser vista em Procópio (2012) ou no site do próprio grupo: <http://www.charta.es/>.

tradicional e, a partir da segunda página, segue progressivamente a uma gótica processual. As siglas e as abreviaturas foram solucionadas na medida em que foram sendo encontradas. A seguir, apresentamos alguns exemplos da grafia:

- Humanística



- Gótica processual



Codicológica e diplomaticamente (Blecau, 1983), apresentamos antes de cada edição um sumário de cada documento, do qual constam: nome do arquivo, localização arquivística (seção, pasta, maço), datação (ano, mês e dia) e local. Na edição propriamente dita, além dessa sumarização, apresentamos o resumo diplomático, no qual é oferecida uma capitulação do texto.

Os três documentos encontram-se em um estado de conservação regular, apesar de apresentarem roturas e manchas. O D2 está com as partes iniciais e finais rasgadas, o que impossibilita a leitura do texto, porém todos os textos estão acompanhados de suas traduções ao Espanhol, assim podemos consultar a tradução e prever o que ali está ruim para ler, efetuando um autêntico trabalho de Crítica textual.

Por exemplo, na folha 4 desse mesmo documento, o D2, é impossível ler a primeira linha, pois o começo da página está todo rasgado. No entanto, graças à tradução ao Espanhol, é possível prever o que se havia escrito neste espaço:



los franceses se embarcaron en las lanchas a nuestra vista

Os textos editados sempre apresentam a mesma estrutura: cabeçalho – indicação de título ou motivo de escritura-; corpo textual – relato de fatos, cada novo parágrafo iniciado em renglão posterior e por versal; no D1, por se tratar de um auto de interrogatório, o autor subdivide o texto seguindo a ordem das perguntas, intitulado cada seção com “perguntas a (nome do interrogado)”.

Como dissemos, os documentos estão acompanhados de suas traduções, pois, durante o período que Portugal fez parte da coroa espanhola, todos os textos administrativos deveriam ser traduzidos para a Língua Espanhola, principalmente os escritos que interessassem diretamente ao rei, neste caso o relato da expulsão de franceses da colônia ‘ibérica’. Outro fato que nos chama atenção, é que o referido auto de interrogatório foi tomado em Francês,

escrito em Português e traduzido para o Espanhol. Isso demonstra o contato linguístico que ocorria aqui na América, sem contar a relação dessas línguas com os idiomas indígenas.

Ademais, como no auto, trata-se de registrar o mais fielmente a fala do interrogado, no caso o intérprete, vemos que alguns ‘erros’ de grafia podem ser analisados cautelosamente como registro de oralidade.

4. Aspectos linguísticos

Conforme Coutinho (2005: 71), a ortografia da Língua Portuguesa é dividida historicamente em três períodos: o fonético (até o séc. XVI), o pseudo-etimológico (sécs. XVI-XX) e o simplificado (séc. XX-Atual). A partir dessa proposta, notamos que a grafia de nossos textos transita entre uma escrita fonética e pseudo-etimológica. Há trechos em que o narrador procura se aproximar do modo como ele ou as personagens ali envolvidas falavam. É claro que dita proximidade gráfico-fônica deve ser encarada com cautela, pois sabemos que a escrita não é a impressão da fala, porém, quando comparamos tal escrita com outros textos do mesmo período, vemos que existe um compartilhamento de características.

Em nossos textos, verificamos variações gráficas, como: *Alamazonas/ Amazonas* – esta talvez por erro por escritor - *ynfamtes/infante, hoie/iuntos*; variações vocálicas: *igoais/iguais*; variação consonântica: *registir/resistir; pregidio/presidio, poboar/povoar*. Interessante notar que esses textos foram escritos por autores já considerados brasileiros, pois aqui haviam nascido e viviam, transitando sempre na costa brasileira, especificamente na região nordeste, local onde ainda hoje ocorrem essas variações dialetais. Portanto, a edição e o exame desses textos servem tanto para documentação, quanto para a datação de alguns fenômenos linguísticos já ocorrentes em Português.

Algo que chama atenção é a grafia com cedilha, *buraço*, já que esta letra indicava o fonema africado desvozeado, e, nesta posição, ocorre o oclusivo velar desvozeado. Tanto é que, no mesmo texto, além da grafia cedilhada, encontramos *buraquo*, indicando o caráter ocluso.

Caso semelhante ocorre com: *esperando pela cresensa da mare*, em que a palavra ‘cresença’ aparece grafada com a letra ‘s’, indicando o processo de desafricação /ts/ para /s/ - fenômeno ocorrido com o sistema de sibilantes, utilizado como divisor do português arcaico do moderno (MATTOS E SILVA, 2006). Quanto à substituição do grupo ‘sc’ por ‘s’, podemos encarar como uma variação, pois, por esse período, pronunciava-se como fricativa desvozeada; inclusive esse mesmo processo já se identifica em *Os Lusíadas*, conforme aponta Reinhardstoettner (1878: p. 73).

Identificamos algumas consoantes dobradas: *offereceo, efeito, supprir, annos*; e grupos consonânticos pseudoetimológicos: *thio, excepto, absentousse*, contudo sem valor fonético, apenas numa falsa tentativa etimológica de repor uma letra perdida; verificamos um caso em que se duplicou a letra para indicar tonicidade: *pee do monte*.

Nos textos editados, é muito comum uso indistinto das letras ‘m’ e ‘n’ antes de consoante (*tamta, amtes* etc), atestando uma igualdade fonética de tais ‘fonemas’ nessa posição. Empregam-se dois procedimentos para indicar o fonema vibrante múltiplo: o dígrafo ‘rr’ e a grafia maiúscula da letra ‘r’, ambos em começo de sílaba localizada em início de palavra (*rrisquo, Retirar, Rio, Resolução*).

Observemos a seguinte oração: *disse em publico que todos lhe fossem testemunhas do que o capitão mode dezia e que se asinava o auto* (D2), nela se manifesta uma marca de oralidade bem ocorrente no Português da época. Acreditamos que esta expressão era compartilhada pelas línguas ibéricas, pois tanto em dicionários, quanto em *corpora* históricos do Português, Galego e Espanhol, identificamos tal expressão, que se apresenta formalmente como *por amor de* ou *por mor de*, indicando causa, motivo; assim, de *por mor de* virou ‘por

modo de' ou 'pru modi' ou 'mode/modi'. No *Corpus Diacrónico del Español*, identificamos a dada construção, mas com a preposição 'a': *mis cartas que paguen o fagan pagar o retenir a mor de qualquesquiere que sea el clamant, rico o pobr *** (1227). Em Português (ou Galego-Português), consultamos o Corpus do Português, no qual identificamos o primeiro exemplo nas Canções de Santa Maria, datadas de século XII.

No nível morfossintático, destacamos o uso dos afixos 'vizo' e 'mor' (*vizo rrei, o sagemto mor, capitão mor*) e o uso da preposição 'pera' em vez de 'para' (*determinava na noite seguinte levarlhas pera nelas*).

Dois fenômenos morfossintáticos nos chamaram a atenção, quanto ao uso do pronome 'lhe', pois ambos são classificados pela Gramática tradicional como Solecismos, um de colocação e outro de regência. Contudo, preferimos entender o primeiro caso como uma variação na colocação pronominal: *que lhe ficavão por padraustos dizendo que quem fose seu amigo lhe não aconselhase*, pois, segundo Melo (1951:161-167), "algumas tendências para a colocação dos pronomes são diferentes das que se observou na língua posterior". Assim, se hoje o clítico se posiciona entre o advérbio de negação e o verbo, é por uma questão de uso, não é porque a palavra 'não' atraia para si o complemento pronominal. Nenhuma palavra tem 'força' de atração morfossintática, o que há é um uso mais ou menos icônico, quer dizer, o usuário da língua preferiu localizar o pronome para antes do advérbio de negação, talvez por perceber que ali ficaria mais próximo ao outro elemento com o qual se relaciona por meio da transitividade verbal, já que pelos princípios da proximidade e ordenação linear: "quanto mais próximos os conteúdos estão cognitivamente, mais integrados estarão no nível da codificação" e "ordem dos elementos no enunciado mostra a ordem de importância destes para o falante" (GIVÓN, 2001, p. 35). Tanto é que, nesse trecho, o pronome remete diretamente ao narrador do relato, o qual foi posicionado mais próximo do elemento que representa o interlocutor ("quem for seu amigo").

O segundo caso trata-se de: *o seja 300 e tamtas legoas lhe sabe de pesoas que ja o navegarão*, no qual se manifesta um caso de lheísmo. Normativamente, o verbo 'saber' é transitivo direto e, a priori, o pronome 'lhe' representa um complemento indireto, mas pode se referir diacronicamente a um complemento direto ou adjunto adnominal. Sendo assim, examiná-lo como Solecismo é vê-lo como um erro gramatical, o que na prática não procede, já que, na História da Língua Portuguesa, tem havido uma constante preferência dos pronomes complementos 'lhe', 'a você/s' e 'a ele/a, nós etc'. Talvez, na frase acima, se se tivesse empregado o clítico 'o', teria causado maior estranhamento comunicativo do que a utilização mais corriqueira de 'lhe'. Lembramos que o uso dos complementos 'o/a' e suas respectivas variações mostraram-se pouco frequentes nos textos editados.

No nível sintático-semântico, notamos o recorrente emprego da perífrase 'ir + infinitivo/gerúndio', marcando o domínio funcional Tempo-Modo-Aspecto (*yra tomar; jra surgir; vai correndo; vai dar; assim nos comesamos a furtificar*). Por exemplo, para expressão do futuro, coocorrem as formas perifrástica e sintética (*irá achar; achará*). Ainda com relação às perífrases, destacamos as de Modalidade Deôntica⁹⁷⁶: *hadir recolher; podera ilo comquistando; pode carregar; não podem entrar se não com enchemte de maré; não poderá registir a corremte de maré; tudo se pode atalhar; se poderá tirar a prata; sobre o auermos dir ao perça; ovve armada departir para o dito perça; nos avião demtregar aos salvages*.

Um uso perifrástico que nos instigou bastante foi este: *ali ficarão fora os que se afogarão yndo fugimdo pera as embarcasois*, por meio do qual o narrador utiliza dois

⁹⁷⁶ Referente às diversas atitudes volitivas do falante direcionadas a seu interlocutor: Necessidade, Preferência, Intenção, Habilidade, Obrigação, Permissão e Manipulação (GIVÓN, 2001); sempre relacionadas a normas de conduta social.

gerúndios seguidos para marcar uma continuidade temporal da fuga de uns estrangeiros, mas também a maneira de como iam se deslocando.

Dois expedientes recorrentes nos textos são o emprego recorrente do anafórico ‘dito/a’ (no *dito* presidio não avia mais que ate simquoenta omens por todos – de maneira que emcomtrandose o *dito* capitão com os ditos soldados em uã praia) e o uso da expressão catafórica ‘a saber’ (o general passou toda esta masa de gemte em 57 embarcasois a saber 7 dos fransezes).

No nível lexical, observamos que esses textos apresentam o uso de nomes próprios dos envolvidos na Batalha, permitindo com isso um mapeamento histórico-biográfico das personagens ali presentes; notamos também o emprego de um léxico marinheiro e bélico, já que os textos narram um momento desse caráter. Identificamos nomes de armas (arcabuzes, mosquestes etc) e de embarcações (barcos, caravela, jangada, canoa, charrua/charruão, pataxo etc), todos eles acompanhados de descrições: *asaber simquo barquos de duas velas cada huma*. Isso nos permite apresentar um melhor detalhamento desse tipo de vocabulário.

Além disso, estão os inúmeros tupismos, os quais quase sempre vêm acompanhados de explicações etimológicas; por exemplo, no D1, registra-se *levavam pau amarelo, chamado tatajuba, para tinta o qual na França valia oito vinténs*: neste trecho, notamos a quantidade de informação dada, pois o autor relata o uso da palavra nas Línguas Portuguesa e Tupi, a finalidade do material e o valor de comercialização. Ocorrem também: *piragoas que são embarcasois de Remo; e: hum ffidallguo escoses que morreu peleijando em juruquaquara ou [buraco das] tartarugas*.

5. Considerações finais

A edição e o estudo linguístico dos textos referentes à Batalha de Guaxenduba demonstram que ainda existem muitos dados históricos e linguísticos disponíveis ao estudioso da língua como meio de comunicação social e construto histórico.

Historicamente, vemos que esses textos reportam um período importante da história colonial brasileira, tendo em vista que, nessa época, havia uma constante preocupação portuguesa em divulgar o mínimo possível os documentos que tratassem de alguma temática ‘indiana’. Tal atitude de Portugal fez com que se perdessem ou se extrviassem inúmeros escritos sobre nossa história, inclusive documentos historicamente importantes, como é o caso da Carta de Doação da Capitania do Ceara. Por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, o primeiro documento relacionado ao Ceará data de 1618, enquanto os nossos são de 1614 e 1615.

Em parte isso se deve ao fato de que muito do que se escrevia sobre o Brasil (e as colônias, em geral) não ficava no ‘país’ de origem, mas era remetido para cortes europeias, órgãos administrativos ou parentes, localizados no velho continente.

Sendo mais específico, no tocante à formação histórico-social cearense, notamos que a mesma carece de testemunhos escritos que propiciem uma reformulação da história oficial. Por exemplo, data-se a fundação da cidade de Fortaleza no ano de 1726, pois há poucos textos que atestem uma ‘antiguidade’ dessa cidade. Porém, em nossos escritos, vemos que existem referências claras de locais históricos, como o Porto do Mucuripe, o antigo forte localizado na foz do Rio Ceará.

Há de se ressaltar os detalhes referentes à história maranhense e sua geografia. Além disso, nesses mesmos textos, os narradores mencionam muito claramente outros povoados cearenses, como o município histórico de Camocim e algumas de suas localidades, como as Praias de Tatajuba e Jeriquaquara, que apenas em 1629 foram registradas cartograficamente por João Teixeira Albernaz, o Velho.

Na Filologia, observamos que os textos ultrapassam a descrição paleográfica, codicológica e diplomática, além da dificultosa transcrição em si. A edição dos textos em Português, auxiliada pela edição das traduções espanholas, permitiu-nos a reconstituição textual, estabelecendo uma versão do texto original.

Isso se torna importante na medida em que nossa história de escrita é recente, o que às vezes nos impede esse tipo de procedimento filológico. Ademais, entram em ação alguns dos principais objetivos da Filologia: a conservação e o resgate históricos de fontes documentais, acompanhados da edição textual e do estudo de todo o seu contexto de escrita.

Do ponto de vista linguístico, o proveito desses textos parece ser ainda maior, porquanto esse conjunto textual exemplifica não apenas fatos de História da Língua Portuguesa, o que por si já é importante, mas também revela os primeiros contatos linguísticos das línguas latinas em solo americano. Como já apontamos, ao auto de 1614 consideramo-lo bem significativo quanto à referida temática, pois se trata de um interrogatório tomado em Francês, transcrito em Português, traduzido para o Espanhol e permeado de palavras de línguas indígenas, como o Tupi. Ainda com relação aos aspectos linguísticos, destacamos casos ‘raros’, posto que alguns dos fenômenos acima arrolados não se encontram listados nas principais referências da História da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

BLECUA. 1983. *Manual de Crítica Textual*. Madrid: Castalia.

COUTINHO. 2005. *Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico.

CUNHA. 1986. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira.

DIAS. 1858. *Dicionário da língua tupí*. Leipzig, F.A. Brockhaus.

GIVÓN. 2001. *Syntax: An introduction*. Vol.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

MACHADO. 1967. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.

MATTOS E SILVA. 2006. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

MELO. 1951. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões.

MILLARES CARLO. 1983. *Tratado de Paleografía Española*. Madrid: Espasa Calpe.

PROCÓPIO. 2010. *Documentos relativos a Brasil conservados en los archivos españoles (1535-1625): edición y estudio*. 332f. Dissertação (Máster em Filologia Hispânica) – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madri, 2010.

_____, 2012. *Documentos relativos ao Brasil conservados nos arquivos públicos espanhóis*. Curitiba: Prismas/Appris.

_____, MOTA. 2012. A Tradução de Documentos Relativos ao Brasil Conservados nos Arquivos Públicos Espanhóis (XVI-XIX). *Revista Philologus*, v. 18, p. 38-58.

____ et al.. 2012. Lusismo y Tupismo en el Corpus Documentos Relativos a Brasil Conservados en los Archivos Españoles (ss. XVI-XVII). *Hispanista*, v. XIII, p. 389.

____. 2013. *A Expressão da Modalidade Deôntica no Corpus Brasileiro de Língua Espanhola (Sécs. XVI-XVII)*. 335 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

REINHARDSTOETTNER. 1878. *Grammatik der Portugiesischen Sprache*. Strassburg: Trübner.

RUIZ GARCÍA. 2002. *Introducción a la codicología*. 2. Ed. Madri: Germán Sánchez Ruipérez.

SALVADOR/1627. 1982. *Historia do Brasil*. São Paulo, EDUSP.

SPINA (Org.). 2008. *História da Língua Portuguesa*. Cotia: Atelier.